

História, região e espacialidade

José D'Assunção Barros

Já se disse que “a História é o estudo do homem no tempo”. A definição foi proposta por Marc Bloch por volta de meados do século XX¹, mas hoje parece tão óbvia que já deve ter sido mencionada inúmeras vezes em obras de historiografia, e certamente na maioria dos manuais de História. No entanto, quando Marc Bloch a propôs, estava confrontando esta definição a uma outra que também parecera perfeitamente óbvia aos historiadores do século XIX: “a História é o estudo do Passado Humano”.

A idéia de “estudo”, que aparece em ambas as definições, aliás, é particularmente sintomática, e assinala um momento no século XIX em que a história passa a ser considerada uma Ciência – uma ciência interpretativa, com seus métodos próprios e abordagens teóricas e que deve se processar sob o *métier* de um novo tipo de estudioso e especialista que é o Historiador (no sentido acadêmico). O Historiador – no sentido moderno, e não no antigo – era a partir daqui esta figura de conhecimento que, no século XVIII, estivera ainda inserida embrionariamente dentro da polivalência do Filósofo de tipo iluminista como uma de suas inúmeras facetas (Voltaire, David Hume, Montesquieu e muitos outros filósofos escreveram eventualmente obras de História, ao mesmo tempo em que elaboravam ensaios voltados para a reflexão metafísica, para a estética, para a política ou para a epistemologia).

Antes de se tornar “estudo”, a História fora muitas coisas, inclusive algo que – de maneira igualmente óbvia para os homens de outro tempo – definira-se como o “registro do Passado Humano”. A passagem do mero “registro” ao

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

“estudo” é , como se disse, particularmente sintomática; mas por hora retornemos ao que há de propriamente distintivo em definir a História como “estudo do Passado Humano” ou como “Estudo do Homem no Tempo”.

Quando se diz que “a História é o estudo do homem no tempo” rompe-se com a idéia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o Passado. O que ela estuda na verdade são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto. Tem-se aqui o estudo de certos processos que se referem à vida humana numa *diacronia* – isto é, no decurso de uma passagem pelo tempo – ou que se relacionam de outras maneiras, mas sempre muito intensamente, com uma idéia de ‘temporalidade’ que se torna central neste tipo de estudo. Vista desta maneira a partir da terceira década do século XX, a História expandia-se extraordinariamente no campo das Ciências Humanas. Com esta nova redefinição – constantemente confirmada por uma considerável e progressiva variedade de novos objetos e sub-especialidades – a História assenhorava-se, por exemplo, do mais recente de seus domínios: o Tempo Presente. Estudar o momento presente, com vistas a perceber como este momento presente é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo, ou como a temporalidade afeta de diversos modos a vida presente – incluindo aí as temporalidades imaginárias da Memória ou da Ficção – passava a ser também uma das tarefas do Historiador.

Definir a história como o estudo do *homem no tempo* foi, portanto um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em

espaço social. Mas com a expansão dos domínios históricos que começou a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o “espaço virtual”, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial. Pode se dar que, em um futuro próximo, ouçamos falar em uma modalidade de História Virtual na qual poderão ser examinadas as relações que se estabelecem nos espaços sociais artificialmente criados nos *chats* da Internet, na espacialidade imaginária das *webpages* ou das simulações informáticas, ou mesmo no espaço de comunicação quase instantânea dos correios eletrônicos – estas futuras fontes históricas com as quais também terão de lidar os historiadores do futuro. Mas, por hora, consideraremos apenas o Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores.

Tão logo se deu conta da importância de entender o seu ofício como a Ciência que estuda o *homem no tempo* e no *espaço* – e essa percepção também se dá de maneira cada vez mais clara e articulada em meio às revoluções historiográficas do século XX – os historiadores perceberam a necessidade de intensificar sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento. Emergiu daí uma importantíssima interdisciplinaridade com a Geografia, ciência que já tradicionalmente estuda o espaço físico – e, se considerarmos outras formas de espaço como o ‘espaço imaginário’ e o ‘espaço literário’, poderíamos mencionar ainda a interdisciplinaridade com a Psicanálise, com a Crítica Literária, com a Semiótica e com tantas outras disciplinas que ofereceram novas possibilidades de métodos e técnicas aos historiadores. Na verdade, a noção de *espacialidade* foi se alargando com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e

imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas. Neste momento, contudo, iremos nos concentrar nas noções de espaço que surgem a partir da interdisciplinaridade com a Geografia.

A interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida, entre outros aspectos, através de conceitos como “espaço”, “território”, “região”, e é sobre eles que passaremos a refletir nas próximas linhas. Em uma de suas instâncias mais primárias, o *espaço* pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física (e, neste caso, ainda não estaremos considerando as noções de ‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’ que já foram mencionadas). Foi a partir desta noção fundadora que, na Geografia tradicional, começaram a emergir outras categorias como a de “paisagem”, de “território” e de “Região” – noções de que logo os historiadores começariam a se apropriar para seus próprios fins.

Grosso modo, uma *região* é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto.

Esta noção mais ampla de região – como unidade que apresenta uma lógica interna ou um padrão que a singulariza, e que ao mesmo tempo pode ser vista como unidade a ser inserida ou confrontada em contextos mais amplos – abrange

na verdade muitas e muitas possibilidades. Conforme os critérios que estejam sustentando nosso esforço de aproximação da realidade, vão surgindo concomitantemente as várias alternativas de dividir o *espaço* antes indeterminado em *regiões* mais definidas. Posso estabelecer critérios econômicos – relativos à produção, circulação ou consumo – para definir uma região ou dividir uma espacialidade mais vasta em diversas regiões. Posso preferir critérios culturais – considerar uma região lingüística, ou um território sobre o qual são perceptíveis certas práticas culturais que o singularizam, certos modos de vida e padrões de comportamento nas pessoas que o habitam. Posso me orientar por critérios geológicos – e estabelecer em um espaço mais vasto as divisões que se referem aos tipos de minerais e solos que predominam em uma área ou outra – ou posso ainda considerar zonas climáticas. A Geografia, como é de se esperar, privilegia certos critérios: muito habitualmente lança luz sobre certos aspectos que se relacionam com a materialidade física e pode ou não relacionar estes aspectos a outros de ordem cultural (como é o caso, de modo geral, da Geografia Humana).

Uma noção importante a ser considerada aqui, antes de examinarmos como a História pode se beneficiar da abordagem geográfica, é a de “paisagem”. Para a Geografia, uma *paisagem* é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado um padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade). Podemos falar de uma “paisagem natural”, mas também de uma “paisagem cultural” – esta última dando a perceber as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe uma nova singularidade.

Uma paisagem geográfica, desta maneira, surge em decorrência da repetição – em uma determinada superfície ou espaço – de certos elementos produzidos por combinações

de formas e que, conforme já foi dito, tanto podem ser físico-naturais como humanos. A paisagem pode coincidir com uma “região natural” – conceito que definiremos a seguir – ou pode ser derivada de um padrão cuja singularidade associa-se a um tipo de ocupação agrícola ou organização humana do espaço. Para estes últimos casos, um campo de trigo ou uma cidade de alta densidade demográfica podem ser apontados como exemplos de paisagens que têm elaboradas culturalmente as suas materialidades físicas; e a multidiversificada vegetação que recobre uma floresta virgem, ou a vasta extensão de areia que constitui um deserto inóspito, podem ser indicados como exemplos de paisagens que coincidem com “regiões naturais”.

A *paisagem*, este padrão de visualidade que se mostra ao homem no seu estado de percepção mais espontânea, foi por motivos óbvios o primeiro grande aspecto a ser considerado pelo conhecimento geográfico no seu esforço de compreensão do mundo. Aliada ou não à percepção mais imediata de uma determinada paisagem, a noção de “região natural” cedo constituiu-se em outra das mais primordiais noções geográficas, e baseia-se francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço. Pode-se considerar, neste caso, uma bacia hidrográfica, um conjunto afetado por um tipo de clima, ou uma montanha – e a partir deste ou daquele fato natural que assume uma centralidade na percepção ou análise é estabelecida em seguida uma rede de relações ou desdobramentos que terminam por definir o espaço. Exemplos clássicos de “regiões naturais” são as vastas e impenetráveis florestas que ainda resistem em muitas partes do globo às ações depredatórias do homem, ou a inóspita caatinga da qual a vida humana ocupa apenas os interstícios.

Estes e alguns outros são os espaços gerados pela materialidade física do mundo e pela Natureza, com nenhuma ou pouca participação do homem. A Montanha ou os rios impõem os seus limites e caminhos, uma zona climática dita suas regras. Por outro lado, ocorre também que a Política – aqui referida à vasta complexidade de estruturas de poder

que estabelecem limites e centros de organização que terminam por reordenar o espaço e a materialidade de múltiplas maneiras – também produz a sua própria espacialidade. Na superfície do globo terrestre, formam-se nações, e dentro delas estados, províncias, unidades administrativas, comarcas, cidades. Todas estas divisões foram criadas pelo homem, e acabam por se superpor de um modo ou de outro às divisões impostas naturalmente, ou também por interagir com as paisagens que podem ser percebidas de diversas maneiras. Desta maneira, os aspectos físicos e os aspectos políticos – geralmente combinados de alguma forma – terminam por serem aqueles que vêm à tona mais espontaneamente quando se pensa em considerar a espacialidade. Mas, como sempre frisamos, estes aspectos podem não ser os mais importantes em função de uma determinada análise da realidade a ser empreendida, seja esta uma análise histórica, geográfica, sociológica, ou antropológica. Voltaremos a esta questão oportunamente.

Quando os historiadores deram-se conta da necessidade de – sobretudo para certos objetos históricos a serem examinados – colocar em um mesmo nível as noções de *tempo* e *espaço*, logo começaram a dialogar com conceitos mais tradicionais da Geografia como aqueles que atrás explicitamos. Uma das primeiras escolas geográficas a terem merecido a atenção dos historiadores de novo tipo, e mais particularmente da historiografia original e derivada da Escola dos Annales, foi a escola geográfica de Vidal de La Blache – geógrafo que já atuava interdisciplinarmente com historiadores desde 1905². É a contribuição deste geógrafo com relação às noções de “espaço” e de “região” que veremos em diversas obras de Lucien Febvre, e mais tarde no *Mediterrâneo* de Fernando Braudel. E é também um modelo derivado de Vidal La Blache que veremos nas várias monografias de “história local” que começam a ser produzidas em quantidade nos anos 1950.

² Vidal De La Blache, contribuiu para a História da França de Ernest Lavisse com um primeiro volume intitulado *Tableau de la géographie de la France*.

O modelo geográfico de Vidal de La Blache constituiu-se por oposição à escola geográfica alemã que se constituía em torno de Ratzel. Enquanto este era francamente determinista, atribuindo uma influência quase linear do meio sobre o destino humano, Vidal de La Blache trabalhava mais propriamente com a idéia de um “possibilismo geográfico”. Isto significa que, ainda que colocando o meio geográfico no centro da análise da vida humana, Vidal de La Blache buscava enfatizar as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio. Para além disto, tinha-se aqui uma geografia cujas noções essenciais eram constituídas a partir dos conceitos da Biologia. A moldura na qual se enquadrava a vida humana não era tanto a Terra como teatro de operações no qual intervinham os diversos fatores físicos como o clima e a base geológica, e sim a Terra enquanto matéria viva, coberta de vegetação e variedade animal, formadora de ambientes ecológicos e de possibilidades vitais.

As primeiras aplicações das concepções espaciais derivadas da escola geográfica de Vidal de La Blache apareceriam nas novas obras historiográficas que enfrentaram o desafio de estudar as macro-espacialidades. Lucien Febvre já havia se valido francamente da concepção espacial de La Blache para começar a pensar as relações entre o meio físico e a sociedade. O resultado desta reflexão foi concretizado na obra *A Terra e a Evolução Humana* (1922)³. Contudo, é Fernando Braudel o primeiro a aplicar estas noções a um objeto historiográfico mais específico e de maior magnitude. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Felipe II* (1945) – obra que se celebrou por entremear para um mesmo objeto o exame de três temporalidades distintas (a longa, a média e a curta duração), cada qual com seu ritmo próprio – traz precisamente no primeiro volume, dedicado ao estudo de uma longa duração onde tudo se transforma muito lentamente, um paradigma que marcaria toda uma geração de historiadores: a idéia de estabelecer

³ FEBVRE, Lucien. *La terre et la evolution humaine*, Paris: 1922.

como ponto de partida da análise historiográfica o espaço geográfico.

Nesta obra de Braudel, como em Vidal de La Blache, o “meio” e o “espaço” são noções perfeitamente equivalentes. Oscilando entre a idéia de que o meio determina o homem, e a de que os homens instalam-se no meio natural transformando-o de modo a convertê-lo na principal base de sua vida social, Braudel termina por associar intimamente a ‘civilização’ e a ‘macro-espacialidade’. Em *Mediterrâneo* ele afirma que, “uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”, e em *A Civilização Material do Capitalismo* (1960) ele reitera esta relação sob a forma de uma indagação: “o que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade em um certo espaço?”⁴. Esta relação íntima entre a sociedade e o meio geográfico (no sentido lablachiano) estaria precisamente na base da formação de uma nova modalidade historiográfica: a Geo-História.

A Geo-História introduz a geografia como grade de leitura para a história⁵, e ao trazer o espaço para primeiro plano e não mais tratá-lo como mero teatro de operações – e sim como o próprio sujeito da História – possibilita o exame da longa duração, esta história quase imóvel que se desenrola sobre uma estrutura onde os elementos climáticos, geológicos, vegetais e animais encontram-se em um ambiente de equilíbrio dentro do qual se instala o homem. Rigorosamente falando, não é tanto com a idéia de um “determinismo geográfico” que Braudel trabalha em *O Mediterrâneo*, e sim com a idéia de um ‘possibilismo’ inspirado precisamente na geografia de Vidal de La Blache. Afora isto, o empreendimento a que o historiador francês se propõe nesta obra paradigmática é o de realizar uma ‘espacialização da temporalidade’, e mais tarde ele aprimorará também uma

⁴ BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (original : 1949), Paris : 1966, p.107; BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme*, Paris : 1967, p.95).

⁵ DOSSE, François. *A História em Migalhas*, São Paulo: Editora Ensaio, 1994, p.136.

‘espacialização da economia’, chegando ao conceito de “economias-mundo” que já se encontra perfeitamente elaborado e sustentado em exemplos históricos com *A Civilização Material do Capitalismo*.

O objeto do primeiro volume de *O Mediterrâneo* – que representa a grande originalidade desta obra dividida em três partes que se referem a cada uma das três temporalidades que marcam os ritmos da história – é a relação entre o Homem e o Espaço. É esta relação que ele pretende recuperar através de “uma história quase imóvel ... uma história lenta a desenvolver-se e a transformar-se, feita muito freqüentemente de retornos insistentes, de ciclos sem fim recomeçados”⁶. A interação entre o Homem e o Espaço, as suas simbioses e estranhamentos, as limitações de um diante do outro, tudo isto não constitui propriamente a moldura do quadro que Braudel pretende examinar, mas o próprio quadro em si mesmo. Eis aqui o primeiro ato deste monumental ensaio historiográfico, e é sobre esta história quase-imóvel de longa duração – a temporalidade espacializada onde o tempo infiltra-se no solo a ponto de quase desaparecer – que se erguerá o segundo ato, a ‘média duração’ que rege os “destinos coletivos e movimentos de conjunto”, trazendo à tona uma história das estruturas que abrange desde os sistemas econômicos até as hegemonias políticas, os estados e sociedades. Trata-se de uma história de ritmos seculares, e não mais milenares, e depois dela surgirá o último andar – a ‘curta duração’ que rege a história dos acontecimentos, formada por “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas”⁷.

É fácil perceber como o sujeito da história, nas duas obras monumentais de Braudel, transfere-se do homem propriamente dito para realidades que lhe são muito superiores: o ‘Espaço’, no *Mediterrâneo*; e a ‘Vida Material’, na *Civilização Material do Capitalismo*. São estes grandes

⁶ BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'Histoire*, Paris: Flammarion, 1969, p.11.

⁷ BRAUDEL, Fernand. *Écrits...*, p.21.

sujeitos históricos que abrem o campo de possibilismos para as subseqüentes histórias dos ‘movimentos coletivos’ e dos ‘indivíduos’. Tal como observa Peter Burke em uma sintética mas lúcida análise de *O Mediterrâneo*, um dos objetivos centrais de Braudel nesta obra é mostrar que tanto a história dos acontecimentos como a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem as características geográficas que as informam e que, de resto, tem a sua própria história longa:

O capítulo sobre as montanhas, por exemplo, discute a cultura e a sociedade das regiões montanhosas, o conservadorismo dos montanheses, as barreiras socioculturais que separam os homens da montanha dos homens da planície, e a necessidade de muitos jovens montanheses emigrarem, tornando-se mercenários.⁸

O Mediterrâneo e Felipe II, enfim, é a insuperável obra prima em que Braudel pretendeu demonstrar que o tempo avança com diferenças velocidades, em uma espécie de polifonia na qual a parte mais grave coincide com a história quase imóvel do Espaço, e onde temporalidade e espacialidade praticamente se convertem uma à outra. Paradoxalmente, apesar de ter sido o primeiro a propor uma “história quase imóvel” como um dos níveis de análise, outra grande contribuição de *O Mediterrâneo* foi a de mostrar que tudo está sujeito a mudanças, ainda que lentas, o que inclui o próprio Espaço. De fato, a leitura de *O Mediterrâneo* nos mostra que o espaço definido por este grande Mar era muito maior no século XVI do que nos dias de hoje, pelo simples fato de que o transporte e a comunicação eram muito mais demorados naquele período⁹. Com isto, percebe-se que a espacialidade dilata-se ou comprime-se no tempo conforme consideremos um período ou outro nos quais se contraponham diferentes possibilidades dos homens movimentarem-se no espaço.

⁸ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*, São Paulo: UNESP, 1991, p.50.

⁹ Conforme ressalta Braudel, “cruzar o Mediterrâneo de norte a sul levava de uma a duas semanas”, enquanto atravessá-lo de leste a oeste podia consumir “dois ou três meses” (BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée* ..., p.363).

Mais uma vez, homem, espaço e tempo aparecem como três fatores indissociáveis.

Se o Espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço e do meio geográfico. Apenas para dar um exemplo assinalado por François Dosse, o mesmo *Mediterrâneo* de Braudel também nos mostra um mundo dicotomicamente dividido em duas estações: enquanto o verão autoriza o tempo da guerra, o inverno anuncia a estação da trégua – uma vez que “o mar revolto não permite mais aos grandes comboios militares se encaminharem de um ponto ao outro do espaço mediterrânico: é, então, o tempo dos boatos insensatos, mas também o tempo das negociações e das resoluções pacíficas”¹⁰. Desta maneira o Clima (um aspecto físico do meio geográfico) reconfigura o Espaço, e este redefine o ritmo de tempos em que se desenrolam as ações humanas. Espaço, Tempo e Homem.

A obra de Fernando Braudel também nos permite iniciar outra reflexão que retomaremos mais adiante e que se refere à consideração de uma diferença fundamental entre “duração” e “recorte de tempo”. Braudel ousou estudar o ‘grande espaço’ no ‘tempo longo’. Quando falamos em “tempo longo” referimo-nos a uma “duração” – ou antes: a um determinado ‘ritmo de duração’. O tempo longo é o tempo que se alonga, o tempo que parece passar mais lentamente. Não devemos confundir “longa duração” com “recorte extenso”. O recorte de Braudel em *O Mediterrâneo* – pelo menos o recorte deste trecho da História de que ele se vale para orquestrar polifonicamente as três durações distintas – é o reinado de Felipe II. Braudel não estudou nesta obra um ‘recorte temporal estendido’. Ele estudou um recorte tradicional, que cabe em uma ou duas gerações e que coincide com a duração de um reinado, mas examinando através deste recorte a passagem do tempo em três ritmos diferentes. Uma outra coisa seria examinar um determinado espaço – grande ou pequeno – em um recorte extenso ou estendido. Dito de outra

¹⁰ DOSSE, François. *A História em Migalhas*, p.140.

forma, o ritmo de tempo que o historiador sintoniza em sua análise de uma determinada realidade histórico-social nada tem a ver com o “recorte temporal historiográfico” escolhido pelo historiador.

Com relação ao seu recorte espacial, Fernando Braudel havia considerado que o Mediterrâneo possuía sob certos aspectos uma unidade que transcendia as unidades nacionais que se agrupavam em torno do grande “mar interior”, e que ultrapassava a polarização política entre os dois grandes impérios da época: o Espanhol e o Turco. Por outro lado, o historiador francês precisou lidar com a ‘unidade na diversidade’, e descreve dezenas de regiões autônomas cujos ritmos convergem para um ritmo supralocal. O mundo mediterrânico que ele descreve é constituído por um grande complexo de ambientes – mares, ilhas, montanhas, planície e desertos – e que se vê partilhado em uma pluralidade de regiões a terem sua heterogeneidade decifrada antes de ser possível propor a homogeneidade maior ditada pelo tipo de vida sugerido pelo grande Mar. Este foi o desafio enfrentado por Braudel.

Se Fernando Braudel trabalhou com o ‘grande espaço’, as gerações seguintes de historiadores trouxeram também a possibilidade de uma nova tendência que abordaria o ‘pequeno espaço’. Esta nova tendência, que se fortalece nos anos 1950, ficou conhecida na França como ‘História Local’. Também aqui a contribuição da Geografia derivada de Vidal de La Blache destaca-se com particular nitidez, ajudando a configurar um conceito de Região que logo passaria a ser utilizado pelos Historiadores para o estudo de micro-espacos ou espacos localizados, em muitos sentidos dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel. Do macro-espaco que abriga civilizações, a historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os micro-espacos que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias

nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais.

O modelo de compreensão do Espaço proposto pela escola de Vidal La Blache funcionou adequadamente para diversos estudos associados a esta historiografia europeia dos anos 1950 que lidava com aquilo que Pierre Goubert – um dos grandes nomes da ‘História Local’ – chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tal como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses”¹¹. Nestes casos e em outros, o espaço escolhido pelo historiador coincidia de modo geral com uma unidade administrativa e muitas vezes com uma unidade bastante homogênea do ponto de vista geográfico ou da perspectiva de práticas agrícolas. Também se tratava habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário do que ocorria em países como os da América Latina durante o período colonial, onde devemos considerar a ocorrência muito mais freqüente de “fronteiras móveis”. A espacialidade tipicamente europeia em certos recortes temporais – que não coincide com a de outras áreas do planeta e para todos os períodos históricos – permitiu que fosse aproveitado por aqueles historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais, cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo onde o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura onde os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam. Freqüentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos Annales apresentavam previamente a Introdução Geográfica, e depois vinha a História, a organização social, as ações do homem. A possibilidade de este modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além

¹¹ GOUBERT, Pierre. “História Local” in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45.

dos padrões da espacialidade europeia nos períodos considerados.

A crítica que depois se fez a este modelo onde o espaço era como que dado previamente – tal como aparecia nas propostas derivadas da escola de Vidal de La Blache – é que na verdade estava sendo adotado um conceito não-operacional de Região. As Regiões vinham definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas. Frequentemente – quando a região coincidia com um recorte político-administrativo que permanecera sem maiores alterações desde a época estudada até o tempo presente – isto representava uma certa comodidade para o historiador, que podia buscar as suas fontes exclusivamente em arquivos concentrados nas regiões assim definidas.

Em seu célebre artigo sobre “A História Local”, Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada precisamente por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (e não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e alguns métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas – mais particularmente as abordagens seriais e estatísticas, capazes de trabalhar com dados referentes a toda uma população de maneira massiva. Ao trabalhar em suas pequenas localidades, os historiadores poderiam desta maneira fixar sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho”¹². A coincidência entre a região examinada e uma unidade administrativa tradicional como a paróquia rural ou o pequeno município, podemos acrescentar, permitia por vezes que o historiador resolvesse todas as suas carências de fontes em um único arquivo, ali mesmo encontrando e constituindo a série a partir da qual poderia extrair os dados sobre a população e a comunidade examinada.

¹² GOUBERT, Pierre “História Local”, op.cit., p.49.

Com o progressivo surgimento dos novos problemas e objetos que a expansão dos domínios historiográficos passou a oferecer cada vez mais no decurso do século XX, o modelo de região derivado da escola geográfica de La Blache começou a ser questionado precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período mas não para outro. Uma paisagem rural facilmente pode se modificar a partir da ação do homem, o que mostra a inoperância de considerar regiões geográficas fixas – e isto se mostra especialmente relevante para os estudos da América Latina no período colonial, mais ainda do que para os estudos relativos à Europa do mesmo período¹³. De igual maneira, um *território* (voltaremos a este conceito) não existe senão com relação ao âmbito de análises que se tem em vista, aos aspectos da vida humana que estão sendo examinados (se do âmbito econômico, político, cultural ou mental, por exemplo).

Atrair o espaço ou o território historiográfico que o historiador constitui a uma pré-estabelecida região administrativa, geográfica (no sentido proposto por La Blache), ou de qualquer outro tipo, implicava em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites. A mesma comodidade arquivística que pode favorecer ou viabilizar um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o para dar conta sozinho de seu objeto sem abandonar o seu pequeno recinto documental – também pode limitar e empobrecer as escolhas historiográficas. Uma

¹³ Mesmo para períodos posteriores, deve ser observada uma distinção na espacialidade de certos países que adquiriram centralidade em termos de domínio econômico e os chamados países subdesenvolvidos. Milton Santos observa que “descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão” (SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*, São Paulo:EDUSP, 2004, p.21).

determinada prática cultural, conforme veremos oportunamente, pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região geográfica no sentido tradicional.

A crítica aos modelos de recorte regional-administrativo, ou de recortes geográficos à velha maneira de Vidal La Blache, não surgiram apenas das novas buscas historiográficas, mas também de desenvolvimentos que se deram no próprio seio da Geografia Humana. Tal ressalta Ciro Flamarion Cardoso em um ensaio bastante importante sobre a História Agrária, à altura dos anos 1970 o conceito de “região” derivado da escola de Vidal de la Blache começou a ser radicalmente criticado por autores como Yves Lacoste¹⁴ – que sustentavam que a realidade impõe o reconhecimento de “especialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem, de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estaremos dentro de um, e sim de *diversos* conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras”¹⁵.

A idéia de tratar sob o ponto de vista das “espacialidades superpostas” a materialidade física sobre a qual se movimenta o homem em sociedade, incluindo sistemas diversificados que vão da rede de transportes à rede de conexões comerciais ou ao estabelecimento de padrões culturais, aproxima-se muito mais da realidade vivida do que o encerramento do espaço em regiões definidas de uma vez para sempre, e associadas apenas aos recortes administrativos e geográficos que habitualmente aparecem nos mapas. A realidade, em qualquer época, é necessariamente complexa, mesmo que esta complexidade não possa ser integralmente captada por nenhuma das ciências

¹⁴ LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*, Paris : Maspéro, 1976.

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

humanas, por mais que estas desenvolvam novos métodos para tentar apreender a realidade a partir de perspectivas cada vez mais enriquecidas. Voltaremos oportunamente a este aspecto, quando discutirmos os recortes a que o historiador é obrigado a se render na operação historiográfica através da qual busca apreender a vida humana.

Outro geógrafo importante para a discussão do espaço, embora ainda pouco utilizado pelos historiadores, é Claude Raffestin, que faz uma distinção bastante interessante entre o “espaço” e o “território”. Segundo Raffestin, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”¹⁶. Obviamente que a definição de “espaço” proposta por Raffestin, necessariamente ligada à materialidade física, deixa de fora as possibilidades de se falar em outras modalidades de espaço – como o “espaço social”, o “espaço imaginário”, o “espaço virtual” – que se constituem no próprio momento da ação humana. De qualquer modo, o sistema conceitual proposto por Raffestin é importante porque chama atenção para o fato de que a territorialização do espaço ocorre não apenas com as práticas que se estabelecem na realidade vivida, como também com as ações que são empreendidas pelo sujeito de conhecimento:

‘Local’ de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento.¹⁷

¹⁶ RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p.143.

¹⁷ RAFFESTIN, Claude *op.cit.*, p.144.

Vale ainda lembrar que a consciência de uma territorialidade que é transferida ao espaço pode transcender o mundo humano. Também os animais de várias espécies, que não apenas o homem, costumam territorializar o espaço com as suas ações e com gestos que passam a delinear uma nova representação do espaço. O lobo que “marca o seu território” cria para si (e pretende impor a outros de sua espécie) uma representação do espaço que o redefine como extensão de terra sob o seu controle. Demarcar o território é demarcar um espaço de poder. No âmbito da Macro-Política, não é senão isto o que fazem os Estados-Nações ao constituir e estabelecer um rigoroso controle sobre suas fronteiras.¹⁸

Mas a noção de território pode ser levada adiante. A combinação das já discutidas proposições de Yves Lacoste com os conceitos de “espaço” e “território” propostos por Claude Raffestin também permitiriam falar mais propriamente de ‘territorialidades superpostas’. Em sua realidade vivida, os seres humanos – e de formas extremamente complexas – estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas diversificadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade – seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas – um sujeito humano define ou redefine um território. Ao se estabelecer um determinado sistema de plantio sobre uma superfície natural, ocorre aí uma nova territorialização do espaço, claramente caracterizada por uma nova “paisagem” produzida culturalmente e por uma produção que implicará em controle e conferirá poder.

O território que se produz e se converte em propriedade

¹⁸ “Por território entende-se a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como *sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence* ... esse sentido de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana” (SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XX*, Rio de Janeiro: Record, 2003, p.19.)

fundiária – ou em unidade política estável para considerar um nível mais amplo – pode existir em uma duração bastante longa antes de ser tragado por um novo processo de reterritorialização. Contudo, se um homem exerce a profissão de professor, ou a função de político, no momento de exercício destas funções ele poderá estar territorializando uma sala de aula ou um palanque por ocasião de um comício político, por exemplo, constituindo-se estes em territórios de curtíssima duração. A vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações. E, sob certo ângulo, a História Política é o estudo deste infundável devir de territorialidades que se constituem a partir dos espaços físicos, mas também dos espaços sociais, culturais e imaginários.

Os caminhos mais recentes da Geografia Humana também convergiram para considerar o espaço como “campo de forças”. É de um “espaço social” que Milton Santos está falando quando propõe associar a noção de *campo* a uma Geografia Nova¹⁹. Abordando a questão do ponto de vista do materialismo dialético, ele chama atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de *ser* espaço também *está* no espaço e *produz* espaço.

Mas poderíamos mais uma vez unir estas pontas e dizer que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios”. Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhe novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer

¹⁹ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*, Rio de Janeiro: 1974, p.174.

um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir idéias é se assenhorar de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault²⁰. Em todos estes casos, enfim, a *produção* estabelece territórios, redefine espaços.

No momento, interessa-nos falar nos territórios que o Historiador produz ao se apropriar dos discursos, das informações e dos resíduos que lhe chegam de uma determinada realidade vivida através daquilo que ele chama de “fontes primárias”. O historiador trabalha com territorialidades superpostas em sua operação historiográfica. Em seu esforço de apreensão historiográfica, ele deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época, mas a verdade é que – para além destas territorialidades históricas – ele deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica. O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico.

Já de princípio, no ato de elaborar a História (enquanto campo de conhecimento) o historiador deve impor recortes à História que um dia foi vivida e que lhe chega de forma complexa e fragmentada através das fontes. Para realizar o seu trabalho, o historiador deverá operar necessariamente

²⁰ “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.8-9).

com três recortes, que envolvem respectivamente o “tempo”, o “espaço”, e o “problema” a ser examinado. Cada um dos vértices deste triângulo que pode representar a operação historiográfica é já de si mesmo uma oportunidade de exercer um poder.

Os recortes de tempo e espaço que o historiador deve operar no seu objeto historiográfico são ou deveriam ser em última instância decorrentes do problema histórico que se tem em vista, bem como do enfoque definido no ato da operação historiográfica. Neste momento, poderemos falar no espaço-tempo a ser constituído pelo historiador como uma abstração necessária, considerando, em primeiro lugar, que a escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. É inútil escolher, por exemplo, “os dez últimos anos do Brasil Império”, ou “os cem primeiros anos do Egito Antigo”. A escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositadamente redondo (dez, cem, ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada.

É o problema que define o recorte, e não qualquer coisa como uma dezena de anos escolhida a partir de critérios comemorativos. Tampouco faz sentido deixar que uma tese em História mostre-se aprisionada pelos recortes meramente governamentais. Pode ser que um recorte relativo ao “Brasil dos anos JK” não corresponda aos limites exatos do problema que se pretende examinar. O mesmo ocorre com a questão do recorte espacial. Pode ser não tenha sentido para um determinado problema histórico escolhido atrelar o seu espaço a uma determinada unidade estatal administrativa (um país, um estado, uma cidade). Uma proposição temática, conforme veremos, vaza freqüentemente as molduras do tempo estatal-institucional ou dos recortes espaciais administrativos. Um tema pode muito bem atravessar dois governos politicamente diferenciados, situar-se atravessado entre duas regiões administrativas, insistir em escorregar para fora da quadratura institucional em que o historiador desejaria vê-lo encerrado.

A última metade do século XX aprofundou e aprimorou na classe historiadora a consciência de que é o problema ou o processo a ser examinado que deve estabelecer o espaço-tempo sobre o qual trabalhará o historiador, e não o inverso. Krystof Pomyan, discutindo as relações entre história e temporalidade em um texto da década de 1980, já alertava para o fato de que “são os processos estudados que, por seu desenrolar, impõem ao tempo uma topologia determinada”²¹.

Contudo, o vício historiográfico de seguir em pontilhado as marcas deixadas no tempo pelos poderes institucionais e estatais constitui de fato uma tendência contra a qual é preciso pôr-se em estado de constante alerta. Por vezes, a mentalidade historiadora é levada um tanto automaticamente a fazer suas escolhas dentro dos limites governamentais-administrativos, quase que por um vício corporativo. Cedo o historiador de formação acadêmica vê-se habituado a recortar o seu objeto em consonância com imagens congeladas como a do ‘espaço nacional’ ou do ‘tempo dinástico’: o “Portugal durante o reinado de Dom Dinis”, a “França de Luís XIV”, o “Egito de Ramsés II” – pede-se indevidamente ao pesquisador um problema que se encaixe dentro de limites como estes. Esta imagem de espaço-tempo duplamente limitada pelos parâmetros nacionais e pela duração de governos – talvez uma herança ou um resíduo de herança da velha História Política que dominava explicitamente o século XIX e que ainda insiste em dominar implicitamente boa parte da produção historiográfica do século XX – estende-se de resto para a História que almeja também o circuito extra-acadêmico.

Paul Veyne identifica brilhantemente estes entraves que ainda hoje oprimem a imaginação dos historiadores e que os impedem de tomar para si tarefas mais diversificadas que lhes seriam de direito:

Uma vez que todo acontecimento é tão histórico quanto um outro, pode-se dividir o campo factual com toda liberdade. Como se explica que ainda se insiste em dividi-lo tradicionalmente segundo o espaço e o tempo, ‘história da

²¹ POMYAN, Krystof. *L'Ordre du temps*, Paris : Gallimard, 1984, p.94.

França' ou 'o século XVII', segundo singularidades e não especificidades? Por que ainda são raros livros intitulados: 'O Messianismo revolucionário através da História?', 'As Hierarquias Sociais de 1450 a nossos dias, na França, China, Tibet e URSS' ou 'paz e guerra entre as nações', para parafrasear títulos de três obras recentes? Não seria uma sobrevivência da adesão original à singularidade dos acontecimentos e do passado nacional?²²

Alguém poderia questionar esta linha de proposições lembrando que, na produção acadêmica, recorta-se pequeno para tornar a pesquisa viável. Esta é, é preciso reconhecer, uma preocupação legítima, e que se inclui nas já citadas necessidades de delimitar um 'campo de observação' adequado a uma pesquisa de tipo monográfico. Mas deve-se retrucar que é possível recortar pequeno, chegando-se mesmo à perspectiva 'micro', sem que se tenha que sujeitar necessariamente o trabalho ao *continuum* de espaço-tempo congelado em torno da imagem de governos nacionais ou outras (mais adiante falaremos das unidades administrativas e geográficas que devem ser confrontadas para a constituição do espaço regional). Tudo depende do problema do qual se parte.

É possível, da mesma forma, que o problema a ser investigado requeira um recorte que comece na metade de um governo e se estenda para a primeira metade do governo seguinte, ou que faça mais sentido abarcando dois países do que um único, ou ainda duas áreas pertencentes a dois países distintos. A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras. Um grupo humano a ser examinado não estará necessariamente enquadrado dentro dos parâmetros de um Estado-Nação. Um padrão de mentalidade que se modifica pode corresponder a um enquadramento que abranja duas pequenas zonas espaciais pertencentes a duas realidades estatais distintas, ou corresponder a uma vasta realidade populacional que

²² VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982. p.42.

atravessa países e etnias distintas, que se interpõe entre duas faixas civilizacionais, e assim por diante.

Percebe-se, assim, que ao definir o seu recorte dentro dos limites nacionais, o historiador o estará territorializando conforme um programa que é o da História Nacional. Se considero a Espanha como recorte, estarei considerando um discurso sobre a unidade política da Espanha – seja para confirmá-lo, ou para contestá-lo a partir da percepção das contradições que se dão no interior deste mesmo recorte. Se considero a Catalunha como o recorte, o território é já um outro. Mesmo que não queira, irá irromper no meu trabalho historiográfico um discurso Catalão que se confronta com o discurso da Espanha. O discurso Catalão, diga-se de passagem, poderá ser confirmado ou contestado – mas em todos os casos ele surge com sua presença imperativa, como produto de um recorte que redefine um novo território. Neste sentido, poder-se-ia acrescentar, estabelecer um recorte historiográfico é um gesto político, mesmo que o historiador não tenha plena consciência de suas implicações.

Tudo o que foi dito sobre a impropriedade de reger a operação historiográfica exclusivamente pelos grandes espaços definidos ao nível das delimitações nacionais pode ser estendido, de maneira bastante análoga, às impropriedades de orientar um trabalho de História Regional através de recortes que coincidam com as delimitações administrativas de âmbito provincial ou municipal. De igual maneira, as regiões definidas a partir de critérios da geografia física tradicional podem se mostrar igualmente não-operacionais. Tal como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial. É preciso portanto que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. A região corresponde a um espaço homogêneo, ou a uma superposição de espaços diversos (e, neste caso, a espaços superpostos em fase ou em defasagem)? Existe um fator

principal que orienta o recorte estabelecido pela pesquisa? Está se tomando a região como uma área humana que elabora determinadas identidades culturais, que possui uma feição demográfica própria, que produz certo tipo de relações sociais, que organiza a partir de si determinado sistema econômico? O critério norteador coincide com o de região geográfica, com o político-administrativo? Se é um critério administrativo, é o critério administrativo de que tempo – o do historiador, ou o do período histórico examinado? Vale lembrar, ainda, as palavras de Marc Bloch, que tende a rejeitar a utilização vazia e mecânica dos critérios político-administrativos:

é absurdo aferrar-se a fronteiras administrativas tomadas da vida presente, e não o é muito menos utilizar fronteiras administrativas do passado [...]. É necessário que a zona escolhida tenha uma unidade real; não sendo necessário que tenha fronteiras naturais dessas que não existem mais do que na imaginação dos cartógrafos²³

Um critério geográfico amparado na cartografia tradicional, da mesma forma, pode ou não ser pertinente a uma pesquisa que se realiza. Assim, pode-se dar que um determinado objeto de pesquisa justifique o uso da definição estruturalista de região, que a encara como o espaço de uma interação marcada por determinações recíprocas entre o ambiente físico-natural e os processos sociais que nele se desenvolvem. Seria o caso, então, de se definir o peso que se atribui à determinação geográfica neste processo. Ou pode ser que seja pertinente um enfoque mais culturalista, onde se define a região preferencialmente “a partir da influência que os elementos de ordem étnica, religiosa ou cultural, de modo geral, exercem sobre a relação entre o homem e o seu meio”²⁴.

O historiador deve dedicar, por outro lado, uma atenção especial aos critérios políticos e sociais. Uma região pode

²³ BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952, p.103.

²⁴ Conforme MARTINS, Paulo H. N. este é o enfoque que predomina hoje na Sociologia Política (“Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos” In *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987. p.24).

ser delimitada como um espaço onde se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço onde se desenrola determinado movimento social. Nestes casos, “o espaço tornar-se-ia o cenário, por excelência, da luta de classes”²⁵, e portanto a expressão mais concreta de um modo de produção historicamente determinado que produz estas relações de classe. Isto vem ao encontro da combinação do enfoque regional com a abordagem marxista da História. Aqui, a “região” construída pelo historiador deixaria de ser um dado externo à sociedade, como se a precedesse ou como se fosse o caso de meramente se fixarem balizas para o estudo, para passar a ser encarada como algo produzido a partir do próprio processo social examinado.

Muitas outras questões devem ser discutidas em torno da instrumentalização dos conceitos de “região”, “território”, “espaço”, e outros que se oferecem ao pesquisador da História Regional. Assim, por exemplo, as regiões poderão ser estudadas nesta ou naquela pesquisa a partir de balizas fixas, ou será necessário introduzir a noção de “fronteira móvel”? Que critérios definem essa mobilidade de fronteiras? O espaço, diante destes questionamentos, apresenta-se como realidade sujeita a transformações no tempo, o que acrescenta uma complexidade adicional que em muitos casos faz parte do próprio problema a ser examinado pelo historiador.

Outro tipo de recorte possível para os historiadores de hoje é o recorte determinado em primeira instância pelas fontes ou pela documentação. O exemplo mais notório desta abordagem – desta instituição do território historiográfico a

²⁵ LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Região e História Agrária”, In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8 n° 15, 1995 (p.17-26). p.19. Para além de um cenário onde se desenrola a luta de classes, o espaço também poderá ser visto simultaneamente como um produto e um meio da luta de classes, tal como propõe Alain Lipietz: “a estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e sendo essas lutas de classes, a estruturação do espaço é luta de classes não somente no sentido de que ela é o produto, mas de que ela é também um meio” (LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977. p. 26. *Apud* Paulo MARTINS, *op.cit.* p. 28).

partir de um 'recorte nas fontes' que a tudo precede – é o chamado 'recorte serial'. Recorta-se o objeto não propriamente em função de uma determinada realidade histórico-social concernente a uma delimitação espaço-temporal preestabelecida, mas mais precisamente em função de uma determinada série de fontes ou de materiais que é constituída precisamente pelo historiador. Desta maneira, o espaço-tempo com o qual deverá trabalhar o historiador começa a surgir a partir de um recorte no conjunto das fontes. Este tipo de caminho historiográfico começou a emergir a partir de meados do século XX, sendo possível indicar um marco referencial na célebre obra de Pierre Chaunu sobre *Sevilha e o Atlântico*.

Na chamada 'História Serial' o historiador estabelece uma "série", e é esta série que particularmente o interessa. François Furet, em seu *Atelier do Historiador*²⁶, define a História Serial em termos da constituição do fato histórico em séries homogêneas e comparáveis. Dito de outra forma, trata-se de "serializar" o fato histórico, para medi-lo em sua repetição e variação através de um período que muitas vezes é o da longa duração. Na verdade a duração longa, ou pelo menos a média duração (relativa às conjunturas), foram as que predominaram nos primeiros trabalhos de História Serial ³/₄ muito voltados nesta sua primeira época para a História Econômica e para a História Demográfica e combinados com a perspectiva de uma História Quantitativa. Mas, rigorosamente falando, pode-se proceder a uma serialização relacionada também a um período relativamente curto, desde que o conjunto documental estabelecido seja suficientemente denso²⁷.

De certo modo, as possibilidades de tratamento serial permitiram uma sensível ampliação de alternativas em termos de recorte historiográfico, uma vez que as séries

²⁶ FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v. I.

²⁷ Sobre as possibilidades de utilização de técnicas seriais e quantificação para estudos de Micro-História, veja-se GIZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico" In *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991. p.169-178.

singulares a serem construídas por cada historiador já não se enquadrariam nas periodizações tradicionalmente preestabelecidas. Criar uma série é, em certa medida, recriar o tempo – assumi-lo como ‘tempo construído’, e não como ‘tempo vivido’ a ser reconstituído. De maneira análoga, criar uma série e criar um espaço, é estabelecer um território.

Por outro lado, optar pelo caminho serial pressupõe necessariamente escolher ou construir um problema condutor muito específico – problema este que é fator fundamental na constituição da própria série. A História Serial veio assim diretamente ao encontro de uma História Problema, como as demais modalidades historiográficas que passaram a predominar na historiografia profissional do século XX.

Com relação a este aspecto, e em se tratando de uma série documental homogênea, não teria sentido examinar esta série evasivamente, de modo meramente impressionista. A História Serial constitui-se necessariamente de uma leitura da realidade social através da série que foi construída pelo historiador em função de um determinado problema*. Não se trata, assim, de optar inicialmente pelo estudo de uma determinada sociedade para só depois buscar as fontes que permitirão este estudo ou o acesso a esta sociedade, como poderia se dar em outros caminhos historiográficos. O que o historiador serial estuda é precisamente a *série*: este é basicamente o seu recorte e a essência de seu objeto. E pode-se compreender como uma “série” tanto os fatos repetitivos que permitem ser avaliados comparativamente, como uma determinada documentação homogênea.

No primeiro sentido, François Furet fala em termos de uma serialização de fatos históricos que trazem entre si um padrão de repetitividade (fatos históricos que serão obviamente de um novo tipo, não mais se reduzindo aos acontecimentos políticos). No segundo sentido, ao examinar os novos paradigmas historiográficos surgidos no século XX, Michel Foucault assinala que “a história serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela

dispõe”²⁸. Isto abre naturalmente um grande leque de novas possibilidades:

Assim, talvez pela primeira vez, há a possibilidade de analisar como objeto um conjunto de materiais que foram depositados no decorrer dos tempos sob a forma de signos, de traços, de instituições, de práticas, de obras, etc ...²⁹

Portanto, em que pese que fontes administrativas, estatísticas, testamentárias, policiais e cartoriais se prestem admiravelmente a um trabalho de História Serial, é possível também constituir em série uma documentação literária, iconográfica, ou mesmo práticas perceptíveis a partir de fontes orais. É mesmo possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar um tratamento quantitativo propriamente dito, mas sim uma abordagem mais tendente ao qualitativo – interessada ainda em perceber tendências, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla, mas sem tomar como abordagem principal a referência numérica.

Uma das obras de Gilberto Freyre, por exemplo, constitui como série documental para o estudo da Escravidão no Nordeste os anúncios presentes nos jornais da época – onde os grandes senhores anunciavam a fuga de escravos fornecendo descrições detalhadas dos mesmos, inclusive sinais corporais que falavam eloqüentemente das práticas inerentes à dominação escravocrata³⁰. Não é propriamente o Escravo que é o seu objeto, mas “o Escravo nos anúncios de jornal”, como o próprio título indica. Ou seja, busca-se recuperar um discurso sobre o Escravo a partir de uma série que coincide com os periódicos examinados pelo autor; procura-se dentro desta série perceber uma recorrência de padrões de representação, mas também as singularidades e

²⁸ FOUCAULT, Michel. “Retornar à História” In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.62-77. p. 290.

²⁹ FOUCAULT, Michel. “Sobre as maneiras de escrever a História” In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. p.64.

³⁰ FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

variações, e por trás destes padrões de representação os padrões de relações sociais que os geraram.

Quantitativos ou qualitativos, os caminhos historiográficos marcados pela ultrapassagem do documento isolado passaram a se integrar definitivamente ao repertório de possibilidades disponíveis para o historiador. Interessanos dar a perceber que o recorte documental, a partir do que foi discutido nos últimos parágrafos, mostra-se como uma outra possibilidade para o historiador delimitar o seu tema. Definido este recorte, surgirá então uma delimitação espaço-temporal específica, que será válida para aquele recorte problemático e documental na sua singularidade, e não para outros. Dito de outra forma, em alguns destes casos é uma certa documentação que impõe um recorte de tempo e um recorte de espaço, a partir dos seus próprios limites e das aberturas metodológicas que ela oferece.

Será bastante buscar uma exemplificação final com o próprio estudo pioneiro de Pierre Chaunu sobre *Sevilha e o Atlântico*. O recorte de sua tese, estabelecido entre 1504 e 1650, é criado a partir de uma primeira data em que a documentação da 'Casa de Contratação de Sevilha' lhe permite uma construção estatística, e extingue-se no marco de uma segunda data quando a documentação já não permite uma avaliação quantitativa dos fatos (precisamente uma data relativa ao momento em que o comércio atlântico deixa de trazer a marca do predomínio espanhol e em que, conseqüentemente, a documentação de Sevilha se dilui como definidora de uma totalidade atlântica). O recorte documental problematizado, enfim, organizou o tempo do historiador, e também o seu espaço.

O recorte a partir da série, na verdade, é apenas um exemplo eloqüente de como a constituição das próprias fontes está intimamente relacionada aos fatores que melhor definem o território do historiador. Na verdade, todas as outras abordagens documentais, e quaisquer fontes que o historiador se disponha a tomar para constituir o seu *corpus* documental – sejam documentos propriamente ditos, fontes textuais diversas, objetos da cultura material, imagens iconográficas,

discursos pronunciados, canções folclóricas, terrenos dispostos para a produção agrícola, ou uma topografia urbana – tudo isto, esta combinação adequada de fontes e uma abordagem possível, forma mais propriamente a base material a partir da qual o historiador territorializa o seu espaço.

Não é possível ao historiador adentrar um Arquivo e tomar para base de seu trabalho as próprias séries arquivísticas tal como já estão constituídas para mera finalidade de conservação documental. O arquivo, ou qualquer outro universo potencial de fontes, é apenas um espaço indeterminado que ele encontra. Cumpre, ao esboçar o primeiro gesto necessário à operação historiográfica, “territorializá-lo”. Constituir fontes é operar uma redistribuição do espaço. Tal como assinala Michel de Certeau no conhecido texto em que descreve minuciosamente todas as implicações da operação historiográfica, “em história tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos antes distribuídos de outra maneira”. O historiador produz os seus documentos “mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”³¹.

Uma disposição de terrenos que em determinada época atendia a uma determinada produção agrícola, deslocada de seu lugar funcional e em seu estatuto, doravante estará convertida em espaço sobre o qual o historiador se movimenta. Uma coleção de cantos que no passado serviam para entreter será tratada agora como conjunto de sintomas para perceber a sociedade que os produziu. As imagens que possuíam mera função ornamental nas paredes de um prédio público terão seu estatuto modificado em discursos visuais que têm muito mais a dizer. As certidões e registros de nascimento e morte, que um dia atenderam a propósitos de controle sobre os homens, se converterão em fontes para a história demográfica e em oportunidade para o exercício de novos poderes – os poderes do historiador. Os discursos políticos, que um dia manipularam e seduziram as massas, serão decifrados para dar voz a uma época.

³¹ DE CERTEAU, Michel. “A Operação Historiográfica” in *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.81.

Com a operação historiográfica, os estatutos se transfiguram, os objetos se deslocam. É desta maneira que o historiador se apropria de um espaço que até então não lhe pertencia, constituindo-o finalmente em seu *território* – produto de determinados poderes estabelecidos não apenas por ele, mas também pela sociedade que fala através de seu discurso para muito além do próprio historiador que o enuncia.

Estabelecer um recorte, enfim, é definir um ‘território historiográfico’ – um território a partir do qual o historiador, como ator sintagmático, viabiliza um determinado programa. É a partir desta operação – seja ela orientada pelo grande recorte no espaço físico, pelo recorte regional, pelo recorte da série documental, ou simplesmente pela análise de uma única fonte – que o historiador deixa as suas marcas e as de sua própria sociedade, redefinindo de maneira sempre provisória este vasto e indeterminado espaço que é a própria História.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História - especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952
- BRAUDEL, Fernando. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* Paris: A. Colin, 1966.
- BRAUDEL, Fernando. *Écrits sur l'Histoire*, Paris: Flammarion, 1969.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*, São Paulo: UNESP, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- DE CERTEAU, Michel "A Operação Historiográfica" in *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.81.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*, São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
- FEBVRE, Lucien. *La terre et la evolution humaine*. Paris: A. Colin, 1922.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v. I.
- GIZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico" In *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991. p.169-178.
- GOUBERT, Pierre. "História Local" in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992.
- LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*, Paris : Maspéro, 1976.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Região e História Agrária", In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8 n° 15, 1995, p.17-26.
- LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977.
- MARTINS, H. N. "Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos" In *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987.
- POMYAN, Krystof. *L'Ordre du temps*, Paris : Gallimard, 1984.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder* . São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*, São Paulo - EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton e Maria Laura SILVEIRA, *O Brasil - território e sociedade no início do século XX*, Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*, Rio de Janeiro: 1974.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982.

História, região e espacialidade

José D'Assunção Barros

Resumo: Este artigo busca esclarecer e discutir as relações entre “espaço” e História. A ênfase é dirigida para as várias modalidades historiográficas para as quais adquirem uma significativa centralidade conceitos como o de espaço, região e território. A História Regional, A Geo-História, e as relações interdisciplinares entre História e Geografia são especialmente enfatizadas.

Palavras-chave: Espaço, região; História Regional; Geo-História.

Abstract: This article attempts to clarify and discuss the relations between space and History. The emphasis is in the various historiographic modalities of History for which ones the concepts of space, region, and territoriality have a significant centrality. The Regional History, the Geo-History, and the interdisciplinary relations between History and Geography are specially emphasized.

Key Words: Space, region; Regional History; Geo-History.

Artigo recebido para análise em 04/10/2004

Artigo aprovado para publicação em 10/08/2005